

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.¹
PUBLIC POLICIES FOR LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS: A BIBLIOMETRIC STUDY.**

Roseli Fistarol Kruger², Sérgio Luís Allebrandt³, Reneo Pedro Prediger⁴, Nedisson Luis Gessi⁵, Taciana Angélica Ribas⁶

¹ Trabalho desenvolvido no componente curricular Estado, Democracia e Políticas Públicas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UNIJUI - 2017/2

² Bolsista CAPES. Doutoranda em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). rfiatarol@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC), Professor Titular do Programa de pós Graduação em Desenvolvimento Regional ? nível Mestrado e Doutorado da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). allebr@unijui.edu.br

⁴ Bolsista CAPES. Doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo (RS). reneo@uffs.edu.br

⁵ Doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Professor na Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). nedisson@fema.com.br

⁶ Bolsista CAPES. Doutoranda em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). taciana.ribas@yahoo.com.br

RESUMO:

Este estudo buscou mapear as produções científicas de 2000 a 2017 sobre o tema “Políticas públicas para Arranjos Produtivos Locais (APLs)”. A temática sobre os APLs tem como referência inicial a experiência de desenvolvimento econômico da Terceira Itália. A partir daí muito se têm pesquisado sobre o assunto e a sua capacidade de mudar o desenvolvimento de regiões menos favorecidas, uma vez que o crescimento econômico, de modo livre, ocorre de forma concentrada e com diferentes intensidades sobretudo em regiões mais favorecidas pela localização de atividades industriais. Nos estudos sobre desenvolvimento, sabe-se que o crescimento industrial não é a única alternativa, ou pelo menos não a melhor, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. O que cabe nessas situações é o estudo das localidades para identificar APLs que compõe o potencial daquela região. Podem ser turismo, gastronomia, educação, saúde e industriais, dentre outras. Neste contexto, atribui-se importância também ao estudo de políticas públicas que, somada as potencialidades de APLs nas regiões, influenciam, direta ou indiretamente, a vida dos cidadãos. A pesquisa revelou 90 estudos realizados e publicados no período considerado. Este número inclui 44 artigos e 46 trabalhos de teses e dissertações. Os primeiros foram organizados pela qualificação Qualis/Capes dos periódicos em que foram publicados, enquanto que as teses e dissertações foram organizadas por instituições de ensino superior. Levando em consideração a importância do tema para o desenvolvimento de regiões, 90 estudos podem ser considerados um número pequeno, representando uma oportunidade de campo de pesquisa. Finalmente, atribui-se importância para os estudos bibliométricos, principalmente, no que se refere à pesquisa exploratória sobre um determinado tema que se procura investigar.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais; Políticas públicas; Pesquisa bibliométrica.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

ABSTRACT:

This study sought to map scientific productions from 2000 to 2017 about “Public Policies for Local Productive Arrangements (APLs)”. The theme about APLs is initially based on Third Italy economic development experience. From there a lot has been researched about the subject and its capacity to change underprivileged regions’ development, once the economic growth, unrestricted, occurs in a concentrated manner and with different intensities mainly in privileged by industrial activities regions. In the studies about development, it is known that industrial growing is not the only alternative, or, at least, not the best, considering communities life improvement. What fits these situations is the study of the localities to identify APLs that make region potential. It can be tourism, gastronomy, education, health and industries, among others. In this context, importance also is assigned to public policies studies that, added to APLs region potentialities, affect, direct or indirectly, citizens lives. The research revealed 90 studies carried out and published during the considered period. This number includes 44 papers and 46 theses and dissertations works. The first ones were organized by Qualis/Capes qualification from the journals they were published in, while the theses and dissertations were organized by high education institutions. Taking into account the importance of the theme for regions development, 90 studies can be considered a small number, representing a research field opportunity. Finally, importance is attached to bibliometric studies, especially regarding exploratory research about a certain theme that is being investigated.

Keywords: Local Productive Arrangements. Public policy. Bibliometric study.

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre aglomerações geográficas não é nova, mas a maior aproximação com a ideia do Arranjo Produtivo Local^[1] (APL) tem como referência inicial a experiência de desenvolvimento econômico da Terceira Itália e do Vale do Silício (TEIXEIRA, 2008; COSTA, 2010; BARBOSA, 2016). O primeiro termo a surgir foi “Distrito Industrial”, por meio dos estudos desenvolvidos por Alfred Marshall que, a partir de 1890, criou a ideia do Distrito Industrial como solução do governo britânico aos problemas causados pela depressão econômica e o desemprego em determinados locais (TEIXEIRA, 2008; COSTA, 2010).

Na análise de Marshall não está explicitada à necessidade da introdução de políticas públicas voltadas para a promoção dos distritos, que, sob sua visão surgiriam e cresceriam por conta das vantagens locais do território. Porém, Steindl, em 1945, defende que a promoção da cooperação entre pequenas empresas reunidas em aglomerações seria uma política que poderia ir à raiz do problema da sobrevivência dessas empresas, em função da produção em pequena escala (TEIXEIRA, 2008).

Após esse primeiro período, o conceito de Distrito Industrial reapareceu na Itália no final da década de 1970. O sucesso de produtos “*Made In Italy*” despertou o interesse internacional movido pelo

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

entusiasmo gerado nas experiências bem sucedidas dos Distritos Industriais da Terceira Itália, nas décadas de 1980 e 1990 (SANTOLIN; CATEN, 2015).

Em 1979 um artigo publicado por Giacomo Becattini apresentou uma nova análise sobre Distritos Industriais e economias externas de Alfred Marshall, atribuindo às pequenas e médias empresas a responsabilidade pelos retornos crescentes, por meio da divisão local do trabalho em um determinado território (SANTOLIN; CATEN, 2015). Muitos estudiosos consideram este ano (1979) como o início do debate acadêmico sobre o tema.

Vários estudos buscam encontrar um modelo comum para o crescimento econômico, os quais concluem que o crescimento econômico não obedece a um mesmo padrão de distribuição espacial. Para os pesquisadores Perroux (1995), Myrdal (1957) e Hirschman (1958), o crescimento econômico ocorre de modo bastante concentrado e com variação de intensidade, sendo maior nas áreas favorecidas pela localização de atividades industriais (TEIXEIRA; SOUSA, 2011). Consequentemente, as regiões com maior atividade industrial atraem mais crescimento em detrimento de outras regiões, resultando num processo de desigualdade regional. O ciclo ocorre da seguinte forma: quanto mais desenvolvidas a região, melhor a infraestrutura física e a capacitação da força de trabalho, aumentando a capacidade de atração de novas atividades industriais e fornecedores de serviços para a produção (TEIXEIRA; SOUSA, 2011) e esse ciclo é realimentado o tempo todo.

Contudo, o foco central dos estudos sobre desenvolvimento ^[2] não é somente explicar como ocorre o crescimento em regiões já desenvolvidas e sim quais são os fatores que contribuem para o desenvolvimento de regiões com pouca atratividade. Segundo Sarfati (2013), em 2007, nas economias mais desenvolvidas, as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) representaram mais de 98% do total das empresas, mais de 60% dos empregos na economia e cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, nas economias menos desenvolvidas, elas empregaram pouco mais de 30% da força de trabalho e representaram pouco mais de 10% do PIB. Neste sentido, Teixeira e Sousa (2011) contribuem afirmando que as políticas com foco na promoção de aglomerações das MPMEs pré-existentes em regiões menos favorecidas podem ser usadas para enfrentar o problema da concentração de renda e bem-estar social regional, fomentando a capacidade empresarial local e realimentando o processo de desenvolvimento local sustentado.

Neste sentido, surge o interesse em pesquisar sobre o tema políticas públicas destinadas aos APLs sob o ponto de vista de um estudo bibliométrico. Pretende-se analisar o tema de interesse com o objetivo de verificar a tipologia, a quantidade e a qualidade dos trabalhos publicados em periódicos especializados ^[3] bem como das teses e dissertações defendidas originando, deste modo, um estudo exploratório.

O artigo está estruturado, além desta introdução, com o referencial teórico que dá suporte para a importância do estudo e para a sua análise. Inicialmente são abordados os conceitos sobre Políticas Públicas e a sua repercussão histórica. Na sequência são apresentados os Arranjos Produtivos Locais (APLs), sua formação básica e seus fundamentos conceituais. O referencial encerra com as

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

características e conceitos do estudo bibliométrico. Na sequência são apresentados os dados coletados e a interpretação destes dados, constituindo-se assim no estudo bibliométrico pretendido. E, finalmente, o artigo apresenta as considerações finais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para compreender uma determinada área de estudo é importante pesquisar sua etimologia e ontologia para assim entender sua trajetória e perspectivas no decorrer de sua história. Portanto, para aprofundar o entendimento sobre políticas públicas é fundamental pesquisar sobre suas bases analíticas, conceituais, trajetórias históricas, consolidação e utilização do termo na atualidade.

Secchi (2013) destaca que países de língua latina como Brasil, Espanha, Itália e França encontram dificuldades na definição de alguns termos das ciências políticas. Na língua portuguesa, o termo “política” pode assumir duas conotações principais, que países de língua inglesa conseguem diferenciar usando os termos *politics* e *policy*. *Politics*, na definição de Bobbio (2002), é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. O termo *policy*, por sua vez, tem relação com orientações para a decisão e ação. A expressão “política pública” (*public policy*) está vinculado a políticas públicas que versam sobre o conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Souza (2006) destaca que a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos da América (EUA), rompendo a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Na Europa, a área de política pública surge como um desdobramento sobre o papel do Estado e do governo como produtor de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. A constituição e a consolidação dos estudos sobre as políticas públicas possuíram suas bases analíticas a partir de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou não faz é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006).

Com o propósito de definir o que são políticas públicas, cabe destacar a inexistência de uma única, nem mesmo de uma melhor, definição de política pública. Neste artigo será utilizada a definição de Peters (1986) o qual entende a política pública como a soma das atividades dos governos que, agindo direta ou indiretamente, influenciam a vida dos cidadãos. Também será considerada a definição de Laswell (1936/1958) em que as decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões que se constituem no próprio título do livro: Quem Obtém O Quê, Quando, Como.

Segundo Souza (2006), definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, têm o locus nos governos, onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem. Apesar de

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem uma visão holística do tema, uma perspectiva na qual o todo é mais importante que a soma das partes e, indivíduos, ideologias e interesses contam, mesmo existindo diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006).

Secchi (2013) define política pública pela abordagem multicêntrica como uma diretriz elaborada para enfrentar problemas públicos, ou seja, é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém na qual as atividades ou passividades decorrentes dessa diretriz também fazem parte da política pública. Para o autor, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Para Souza (2006) pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação e analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. As políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informações e pesquisas. Quando são implantadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Ainda, se considerada como um campo holístico, a política pública torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos ela não se resume somente a isso, podendo ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive as quantitativas. O caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta várias contemplações (SOUZA, 2006).

Mediante a prévia conceituação de políticas públicas e considerando o tema central deste artigo, políticas públicas voltadas para APLs, ainda cabe destacar os apontamentos de Teixeira (2008) que afirma que as políticas voltadas para o desenvolvimento regional a partir da dinamização de aglomerações produtivas especializadas vêm sendo amplamente difundidas em vários países da América Latina e em vários estados e municípios brasileiros.

Segundo o mesmo autor, sob a influência das definições de Porter (1990), sobre a competitividade em aglomerações produtivas, as políticas públicas normalmente têm o foco na dinamização de pequenas empresas, por meio da melhoria da competitividade dessas empresas especializadas setorialmente e aglomeradas territorialmente, a fim de promover distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento local sustentado.

3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APL

O conceito inicial de aglomerações produtivas surgiu com Alfred Marshall em 1890 sob termo “distritos industriais”. Após vários acontecimentos o conceito foi ganhando maiores proporções e

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

com elas diferenciações que deram origem a outros termos como, arranjos produtivos locais, *clusters*, polos e parques científicos, *milieux* inovadores, consórcios, fóruns e outras variações (DIAS, 2011). Esse vasto número de termos e definições, aumentam a complexidade da definição do conceito de cada modelo de aglomeração produtiva.

No entanto, o intuito de construir este subtítulo é fornecer o esclarecimento necessário sobre o conceito de APLs. Segundo Costa (2010) o apoio ao desenvolvimento de APLs no Brasil vem ganhando cada vez mais espaço como importante instrumento estratégico de desenvolvimento regional. Contudo, a utilização indiscriminada do termo vem provocando confusão conceitual e dissipando um entendimento equivocado, levando a consequências que comprometem o delineamento de políticas de apoio e fomento que, comumente, são observadas com delineamento genérico e superficial (COSTA, 2010).

Isto ocorre em função do próprio desconhecimento das especificidades do objeto em questão, e da tentativa, sem mediação, de se tentar transpor teorias, ações e políticas moldadas para determinadas realidades e experiências para um contexto significativamente diferente (COSTA, 2010, p. 125).

Estudos pioneiros sobre os APLs no Brasil estão datados da década 1990, mais precisamente no ano de 1997, quando foi criada a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais[4] (REDESIST) sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASTRES *et al.*, 2014). Em 2004 ocorre a constituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais[5] (GTP APL) por intermédio da Portaria Interministerial nº 200/2004, no qual participam 34 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional, dentre elas 12 Ministérios (MDIC, 2018^a).

Segundo Lastres *et al* (2014), a inclusão de APLs como prioridade do governo federal formalizou-se nos Planos Plurianuais (PPA), desde 2000; no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I), 2007-2010; na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), 2008-2013; no Programa Brasil Maior (PBM), 2013-2015. Em 2017 o programa que teve objetivos vinculados aos APLs foi o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P). Para 2018 não foram identificados programas específicos nos sites do governo federal[6] ou mesmo informação da continuidade do programa de 2017.

No decorrer destes 18 anos, iniciativas do governo federal, estados, municípios e de instituições privadas com ações de apoio a atividades produtivas com foco no território, passaram a se orientar a partir da noção de APLs, estimulando até a atuação dos bancos, públicos e privados, os quais passaram a atribuir importância ao disponibilizar o crédito a APLs (LASTRES *et al.*, 2014).

Exposto esses elementos históricos, cabe destacar agora os estudos de alguns autores pesquisados sobre a conceituação dos APLs. Teixeira (2008), Costa (2010) e Lastres *et al* (2014) destacam a

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

importância de diferenciar, principalmente, os conceitos de APLs e *clusters*. Para estes autores, os APLs se diferenciam dos *clusters*, principalmente, pela ausência do envolvimento com atores da comunidade local. Poder-se-ia dizer que nos *clusters* não há, ou há pouca, identidade com a comunidade local.

Nos estudos de Teixeira (2008) os APLs são entendidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, em que se desenvolve um conjunto específico de atividades produtivas de forma articulada e interdependente. Segundo este autor, eles podem ser constituídos não apenas por aglomerações de empresas de um mesmo setor, mas podem abranger, também, fornecedores, clientes, prestadores de serviços, assim como instituições públicas e privadas que os apoiam na formação e capacitação de recursos humanos, na promoção do aprendizado e no financiamento de projetos coletivos. Teixeira (2008) alerta que as articulações cooperativas adquirem variadas formas e densidades, dependendo das características históricas, culturais e institucionais dos territórios que estão inseridas.

Costa (2010) descreve um APL como sendo um espaço social, econômico e historicamente construído por meio de aglomerações de empresas ou produtores similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada pelos fluxos de bens e serviços. Desenvolvem suas atividades de forma articulada na dimensão socioeconômica (cooperação-competição), possuem identidade sociocultural local e confiança mútua entre os agentes e organizações. Apresenta fatores locais favoráveis como recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc., capital social [7] e capacidade de governança da comunidade.

De acordo com Costa (2010), este conceito se aproxima ao conceito de território, como sendo um espaço de construção sócio-política, no qual existem projetos discordantes ou não, mas sempre com objetivo principal de construir bases para o desenvolvimento da localidade e da região. O autor ainda destaca que:

[...] uma das principais vantagens do foco em APLs está no fato de ser uma abordagem que vai além das tradicionais visões baseadas na empresa individual, no setor produtivo ou na cadeia produtiva, estabelecendo umnexo efetivo entre as atividades produtivas e o território (COSTA, 2011, p. 127).

Para Lastres *et al* (2014) três fundamentos norteiam o desenvolvimento do conceito de arranjos produtivos e inovativos locais no Brasil. O primeiro refere-se ao reconhecimento que a capacidade produtiva e inovativa de um país ou região que reflete condições culturais e históricas próprias (LASTRES, 2014 *apud* Furtado, 1957 e 1961). O segundo refere-se ao reconhecimento que as atividades produtivas e inovativas apresentam particularidades e diferentes requerimentos de políticas. Por fim, o terceiro fundamento reforça o dinamismo do APL em potencializar a

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

produtividade por meio de associações das atividades e capacidades existentes ao longo da cadeia de produção e comercialização, envolvendo outras atividades, organizações e complexos produtivos.

Lastres e Cassiolato (2003) apresentam a definição para Arranjos Produtivos Locais proposta pela REDESIST como: aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Para os autores:

Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos, em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p. 21).

Desta forma, fica evidente que apesar da complexidade histórica para a construção conceitual do que são Arranjos Produtivos Locais, atualmente existem conceitos muito próximos, com poucas variações de termos, mas em essência, iguais.

4 OS ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS

Estudos envolvendo a bibliometria surgem no início do século XX a partir da necessidade de estudos e avaliações das atividades de produção e comunicação científica e passou a ser reconhecida como uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAUJO, 2006). O termo foi originalmente conhecido como “bibliografia estatística” no estudo de Hulme em 1923, sendo que o termo “bibliometria” criado por Otlet em 1934 no seu “*Traité de Documentation*” (ARAUJO, 2006).

Edson Ney Fonseca, em seu artigo publicado em 1973, apresenta o estudioso Paul Otlet, no *Traité de documentation de 1934* usou pela **segunda vez** a expressão e cunhou a palavra correspondente, em língua francesa, a *bibliometrics*, isto é, *bibliométrie*. Também o estudo de bibliografia estatística, escrito por Victor Zoltowski (1955) e baseado na análise da *Bibliographie de la France*, no período de 1812 a 1900 (FONSECA, 1973).

Araújo (2006) destaca que a bibliometria se desenvolveu, primeiramente, por meio da elaboração de leis empíricas sobre o comportamento da literatura, referenciando os métodos de medição da

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

produtividade de cientistas de Lotka (1926), a lei de dispersão do conhecimento científico de Bradford (1934) e o modelo de distribuição e frequência de palavras num texto de Zipf (1949).

A bibliometria preocupa-se principalmente com a análise da produção científica e a busca de benefícios práticos imediatos para bibliotecas, como o desenvolvimento de coleções e gestão de serviços bibliotecários (FIGUEIREDO, 1977). Pesquisas norteadas por este método são usadas para avaliar a quantidade, a qualidade e a tipologia das produções científicas das fontes pesquisadas.

Conforme Prediger, Scherer e Allebrandt (2018) a análise bibliométrica é:

[...] um conjunto de indicadores científicos de produção, sendo que a técnica propicia não só o conhecimento da produção científica referente a determinado assunto, conceito ou metodologia, como também possibilita a identificação de características de determinado periódico ou revista científica: quais as áreas mais abordadas? Quais as metodologias mais utilizadas? Em quais períodos determinados assuntos foram desenvolvidos? Estas, dentre muitas outras, são investigações possíveis e serem realizadas utilizando-se técnicas de levantamento bibliométricos. (Prediger, Scherer e Allebrandt, 2018, p. 7).

Sendo assim, a pesquisa bibliométrica contribui para este artigo no sentido de verificar a quantidade, qualidade e assuntos abordados nos periódicos científicos sobre políticas públicas para arranjos produtivos locais nas bases de dados REDALYC, SIELO, SPEEL e IBICT.

5 O LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO

A pesquisa realizada para este estudo ficou delimitada em 4 bases on-line de dados: a do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia[8] (IBICT), na Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal[9] (REDALYC), na Scientific Electronic Library Online[10] (SciELO) e na Scientific Periodicals Electronic Library[11] (SPEEL).

O IBICT é uma base de informações nacional e unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que realiza estudos no campo da ciência da informação e temas relacionados. Por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) o IBICT coleta e disponibiliza os metadados (título, autor, resumo, palavra-chave etc.) das teses e dissertações de 84 instituições, com 470.128 documentos: 176.255 teses e 382.930 dissertações (IBICT, 2018).

A REDALYC é uma base on-line de serviços de informações científicas internacionais com acesso gratuito para consulta de informações especializadas de estudantes, pesquisadores e tomadores de

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

decisões em relação ao desenvolvimento científico e tecnológicos. Por meio da consulta especializada de conteúdos e da geração de indicadores, permite conhecer qualitativamente e qualitativamente a produção científica ibero-americana. A sua base de dados conta com 1.257 revistas científicas, 44.777 fascículos e 580.257 artigos completos (REDALYC, 2018).

A SciELO tem trajetória de 15 anos e seu principal objetivo é o melhoramento dos periódicos científicos que indexa e publica. Sua origem foi no Brasil, mas atualmente está presente em outros 15 países. Esta aceitação internacional atribuiu a plataforma prestígio entre os pesquisadores, além de oferecer acesso gratuito a produções científicas. No ano de 2002 a plataforma passou a ser apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A base de dados conta com 1.285 periódicos, 52.356 fascículos e 745.182 artigos (SCIELO, 2018).

A SPELL é um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, particularmente das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo. Seu objetivo central é promover o acesso, organização, disseminação e análise da produção científica de distintas áreas do conhecimento. Este sistema busca organizar, numa única base de dados, um significativo acervo de conhecimento e proporcionar acesso livre a usuários interessados na produção científica. Futuramente o sistema prevê a inclusão de periódicos de outras áreas do conhecimento, preferencialmente, na forma de coleções. A SPEEL tem disponíveis atualmente, 42.316 documentos, com 12.310.085 downloads e 39.276.031 acessos (SPELL, 2018).

Em cada base de dados consultada foram inseridos dois parâmetros de busca: “Arranjos Produtivos locais” e “Arranjo Produtivo Local” visto que os dois termos são utilizados dependendo do sentido da frase escrita pelos autores. Também foi delimitado o período da pesquisa para o intervalo entre os anos de 2000 e 2017. A tabela 1 mostra os resultados obtidos em cada base de dados.

Tabela 1 – Trabalhos pré-selecionados nas bases de dados – 2000 a 2017

Base de dados	Número de artigos
Redalyc	739
SciELO	104
SPELL	21
IBICT	111
Total	1.372

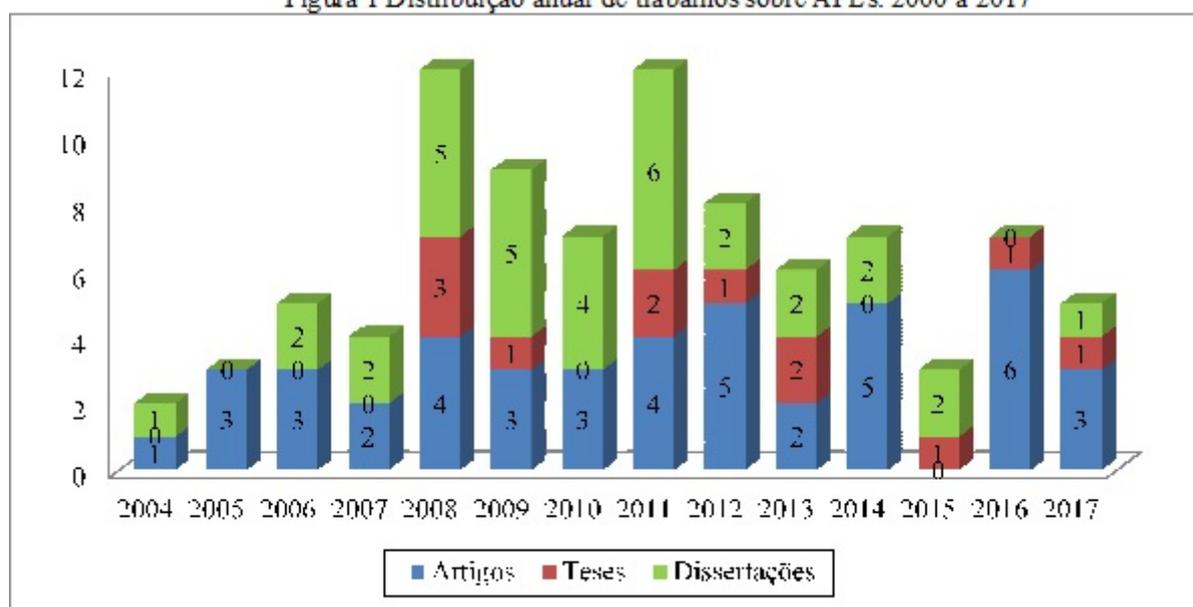
Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a eliminação de duplicatas e outros ajustes, restaram 44 artigos e 46 teses e dissertações. O gráfico da figura nº 1 mostra a distribuição anual sendo que não foram encontrados trabalhos anteriores a 2004. Também, é possível constatar que os estudos nesta área não apresentam um número crescente de publicações. Os anos que mais tiveram trabalhos publicados foram 2008 e 2011, ambos com 12 publicações. O gráfico exhibe também a inexistência de artigos no ano de 2015.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

As teses de doutorado só foram encontradas a partir de 2008, sendo que em 2010 e 2014 não houveram trabalhos publicados sobre a temática investigada. As dissertações estiveram presentes desde 2004, porém em 2016 não foram localizados trabalhos a nível de mestrado dentro da temática.

Figura 1 Distribuição anual de trabalhos sobre APL s. 2000 a 2017



Fonte: Elaborado pelos autores.

A classificação Qualis[12] das revistas em que os artigos foram publicados pode identificar a relevância e qualidade das publicações apresentadas. Foi considerada a área de avaliação do PPGDR[13] da Unijui[14], Planejamento Urbano e Regional / Demografia. Porém, quando não havia esta classificação, optou-se por adotar a área Interdisciplinar ou ainda, a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. A tabela nº 2 apresenta as diferentes classificações Qualis e o número de artigos publicados. Pode-se observar que periódicos com Qualis A2 e B1 publicam a ampla maioria dos artigos na temática estudada o que, de certo modo, indica qualidade elevada nos trabalhos desenvolvidos..

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Tabela 2 Classificações Qualis e artigos publicados. 2000 a 2017

Classificação Qualis	Número de artigos	Percentual
A1	1	2,27
A2	14	31,82
B1	14	31,82
B2	4	9,09
B3	4	9,09
B4	4	9,09
B5	2	4,55
C	1	2,27
Total	44	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

As teses e dissertações foram produzidas em 27 Instituições de Ensino Superior (IES). O destaque é para a Fundação Getúlio Vargas (FGV) onde foram produzidas quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado sobre Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais. Outras instituições como a Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Ceará, Universidade Salvador na Bahia, Universidade Federal de Sergipe e Universidade de São Paulo contribuíram para o estudo da temática com três trabalhos no período estudado. A maior número de trabalhos estão em instituições que estão localizadas nas regiões Nordeste e Sudeste.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal a exploração da produção de conhecimento acerca da temática das Políticas Públicas para Arranjos Produtivo Locais. Os trabalhos encontrados versam, principalmente, sobre a avaliação de políticas e o impacto sobre os APLs de determinadas regiões do país ou ainda, estudo locais de APLs que resultam em proposições de políticas públicas na área especificada.

A proposta de mapear artigos, dissertações e teses que utilizem esse referencial, a partir da realização de um levantamento bibliométrico foi destacada no sentido de verificar a atual situação da temática como referencial teórico-metodológico nas produções acadêmicas. As análises bibliométricas podem ser utilizadas para identificar quem são os autores da área de conhecimento, realizar estudos de citações, avaliar a qualidade das publicações e dos periódicos científicos, conhecer as principais áreas, instituições e periódicos que publicam e popularizam o assunto ou tema específico.

A pesquisa realizada também indica alguns apontamentos sobre o número de produções acadêmicas, 90 no total, a evolução dessas produções no período de 2000 a 2017, estudos publicados somente a partir de 2004, a qualificação dos periódicos onde estão publicados os artigos, publicações qualificadas e as instituições que promovem o desenvolvimento deste tipo de pesquisa, concentradas mais no Sudeste e Nordeste do país, formando assim, um mapa do cenário sobre o assunto em

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

questão.

Contudo é significativo o baixo número de publicações localizadas e que abordaram a existência de APLs em determinadas localidades, propuseram políticas públicas para a sua promoção e avaliaram políticas públicas para APLs já existentes. Portanto, percebe-se uma oportunidade para avanço da pesquisa empírica e para uma efetiva contribuição para o desenvolvimento da teoria, principalmente no Sul, Norte e Centro Oeste do Brasil.

Identificou-se também a relevância do estudo bibliométrico realizado previamente às pesquisas científicas. A importância de verificar o que já está sendo, ou o que já foi pesquisado sobre o assunto, a evolução dos estudos na área e o conhecimento acerca da utilização de determinado referencial, oferece suporte para futuros estudos. Afinal, iniciar um estudo pela via de que é um estudo totalmente novo, pode acarretar em velhos erros que os primeiros pesquisadores já cometeram.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 125, p. 167-188, jan./abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.061>.

BECATTINI, G. *Modelli locali di sviluppo*. Bologna. Il Mulino, 1989.

_____. The Marshallian Industrial District as a Socio-economic Notion. Geneva: International Institute for Labour Studies, p. 37-51, 1990.

_____. BELLANDI M., PROPIS L. de. Critical nodes and contemporary reflections on industrial districts: An introduction. Disponível em < <https://www.elgaronline.com/view/9781847202673.00006.xml>>. Acesso em 14/07/2017.

BELLANDI, M.; PROPIS, L. De. Three Generations of Industrial districts. *Journal of Regional Research, Investigaciones Regionales*, nº 32, Special Issue 2015, p. 75- 87.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. *Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional*. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

DIAS, Cleidson Nogueira. Arranjos Produtivos Locais (APLs) como Estratégia de Desenvolvimento. *Revista Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 9, n. 17, p. 93-122, jan./jun. 2011.

FIGUEIREDO, Laura Maia. *Distribuição da literatura geológica brasileira: estudo bibliométrico*. 1972. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

FIGUEIREDO, Nice. Tópicos modernos em Bibliometria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acessado em 05.01.2018.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. Revista Parcerias Estratégicas, v.8, n. 17, p. 5-29, set/2003.

_____. et al. Políticas para APLS: A Experiência do BNDES. Boletim regional, urbano e ambiental - ipea, n. 10, jul./dez. 2014.

LASWELL, H. D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LEAL, R. G.; RIBEIRO, D. M. A titularidade do Direito ao desenvolvimento e sua afirmação como Direitos Humanos fundamentais. Prisma Jurídico, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 141-166, jan./jun. 2014.

MARSHALL, A. Principles of Economics. 8th ed., London: Macmillan and Co., 1890.

MDIC^a. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/acoes-e-programas-11/gtp-apl>>. Acessado em 04.01.2018.

MDIC^b. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Ações e Programas. Disponível em: . Acessado em 04.01.2018.

MI. Ministério da Integração Nacional. Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Disponível em . Acessado em: 06 set. 2017.

OLIVEIRA, Carlos Wagner de A. et al. (Org.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

PACKER, Abel L., et al. (Org.) **SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica**. Paris: UNESCO, 2014, 188 p. ISBN 978-92-3701-237-6. DOI: <http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>.

PETERS, B. G. American Public Policy: promise and performance. 9.ed. SAGE: Los Angeles, 1986.

PERROUX, François. L'économie du XXe siècle. Paris, France, Presses universitaires de France, 1961.

PREDIGER, Reneo Pedro; SCHERER, Luciana; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Hermenêutica de

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Profundidade e suas Possibilidades Metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (enero-marzo 2018).

REDALYC. Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Disponível em: <www.redalyc.org>. Acessado em 05.01.2018.

SANTOLIN, Rodrigo Bruno; CATEN, Carla Schwengber ten. Modelos de Distritos Industriais sob a Ótica da Sustentabilidade: uma revisão bibliográfica. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, v. 7, n. 14, p. 129-150, 2015.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 25-48, jan./fev. 2013.

SCHMITZ, H.; MUSYCK, B. Industrial Districts in Europe: policy lessons for developing countries? *World Development*, v.22, n.6, p. 889-910, 1994.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: Introduction. *World Development*, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SCIELO. Scientific Eletronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acessado em 05.01.2018.

SDECT. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APLs). Disponível em <<http://www.sdect.rs.gov.br/programa-de-fortalecimento-das-cadeias-e-arranjos-produtivos-locais-apls>>. Acessado em: 07 de set. 2017.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Conheça quem Somos. Disponível em . Acessado em: 17 de set. 2017.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEMDEC. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ijuí. Competências da Secretaria. Disponível em: . Acessado em: 12 de set. de 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPELL. Scientific Periodicals Electronic Library. Disponível em: <<http://www.spell.org.br>>.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Acessado em 05.01.2018.

SPGG. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Disponível em < <http://planejamento.rs.gov.br/coredes>>. Acessado em 10 de set. 2017.

TEIXEIRA, Francisco. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional e Local: O que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLS)? Revista O&S, v.15, n.46, p. 57-75, jul./set. 2008.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz; SOUSA, Sílvio Vanderlei Araújo. Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: Uma Visão a Partir do Emprego e dos Territórios de Identidade. Revista Econômica do Nordeste, v. 42, n. 4, p. 807-826, out./dez. 2011.

[1] Entre os agentes participantes dos APLs pode-se arrolar: as empresas produtoras; as empresas fornecedoras de insumos; as empresas prestadoras de serviços; as associações de classe, tanto trabalhista, quanto patronal; as associações comerciais; as instituições de suporte; as instituições de serviços; as instituições de ensino e pesquisa; as instituições de fomento; as instituições financeiras; e o Estado nos três níveis de governo (COSTA, 2010).

[2] Segundo Perroux (1961) desenvolvimento são todas as transformações das estruturas econômicas, sociais, institucionais e demográficas que acompanham o crescimento, o tornam sustentável e, em geral, melhora as condições de vida da população.

[3] Utilizou-se para este estudo 04 bases de dados: REDALYC (www.redalyc.org), SIELO (<http://www.scielo.org>), SPEEL (<http://www.spell.org.br/>) e a IBICT (<http://www.ibict.br/>), de forma online nos artigos disponíveis nos sítios.

[4] Mais informações em: www.redesist.ie.ufrj.br.

[5] Mais informações em:
<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/acoes-e-programas-11/gtp-apl>.

[6] Foram consultados os sites: <http://www.mdic.gov.br/index.php> e <http://www.brasilmaisprodutivo.gov.br/home.aspx#section1> em 04.01.2018.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

[7] Aqui o conceito de capital social conforme Fukuyama (2004) e Putnam (2002).

[8] <http://www.ibict.br>

[9] <http://www.redalyc.org>

[10] <http://www.scielo.org>

[11] <http://www.spell.org.br>

[12] É o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

[13] Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Unijuí.

[14] Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.